

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

A ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.773.142/0001-00 com sede na Rua Botafogo, 1051 – Bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS – CEP: 90150-053, torna público, através de seu pregoeiro designado pela Portaria 007/2017, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo, **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, com recursos provenientes de orçamento próprio. O procedimento será regido pela Lei Federal n.º: 10.520/02, Decretos nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Lei Complementar Federal n.º: 123/2006, e com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições pertinentes e legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as fases, através da utilização do aplicativo “**licitações**” do **Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul**, através do site www.pregaobanrisul.com.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 10:00 do dia 10/08/2017

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10h01min do dia 10/08/2017

DATA E HORA DA SESSÃO DE DISPUTA:

Data: 10/08/2017

Hora: A partir das 15:30 horas

- Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- Não ocorrendo expediente ou havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário;
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no “licitações” e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

ESCLARECIMENTOS: quaisquer pedidos de esclarecimento devem ser feitos exclusivamente por mensagem eletrônica (*e-mail*) através do endereço licitacoes@emater.tche.br, informando o número do edital de referência e no prazo de até 24 horas antes da abertura da sessão pública.

O Edital, na íntegra estará disponível no site da instituição www.emater.tche.br, no menu **A Emater / Portal da Transparência**, e no aplicativo “**licitações**” do **Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul**, através do site www.pregaobanrisul.com.br.

1. DO OBJETO

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objeto a contratação de **PESSOA JURÍDICA** para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS TEMPORÁRIAS PARA O PERÍODO DE 21 DE AGOSTO A 05 DE SETEMBRO DE 2017**, no espaço da **ASCAR/EMATER-RS** junto ao Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio/RS, por ocasião da **EXPOINTER 2017** conforme escopo discriminado no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, e demais cláusulas e condições estabelecidas neste edital:

2. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

2.1. Impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 48 (quarenta e oito) horas antes da data fixada para abertura da sessão.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do Pregão;

2.1.2. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos e, que estejam cadastrados/credenciados junto à Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, através do site www.pregaobanrisul.com.br ou www.celic.rs.gov.br.

O não atendimento de qualquer das condições implicará a inabilitação do licitante ou a desclassificação de sua proposta.

3.2. Estará impedida de participar da presente licitação:

3.2.1. A empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, a entidade com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida;

3.2.2. O interessado que estiver em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

3.2.3. Empresa em forma de consórcio;

3.2.4. Empresa que esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública, ainda, motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;

3.2.5. Empresa que esteja inclusa no disposto do artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

3.2.6. Empresa que esteja em situação irregular quanto ao cumprimento das obrigações tributárias perante: a Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Receita Estadual, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.2.7. Será vedada a participação simultânea de empresas cuja formação societária contenha um ou mais sócios concomitantes (acórdão nº 1606/2008 – 1ª Câmara – TCU).

3.2.8. Será vedada a participação de empresa cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja familiar, cônjuge, companheiro (a), ou parente em linha reta ou colateral,

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, inclusive de empregado da ASCAR, ou de qualquer outro que exerça função de confiança, remunerada ou não, na Instituição;

3.2.9. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico, pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa CONTRATADA, bem como o de pessoalidade e habitualidade e, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.

OBSERVAÇÃO: O não atendimento de qualquer das condições, implicará a inabilitação do licitante ou a desclassificação de sua proposta.

3.3. Das condições para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

3.3.1. A MP ou EPP que pretenda sua inclusão pelo regime diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06, deverá, no ato do envio da proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, declarar que atende os requisitos do artigo 3º da referida Lei.

3.3.2. Caso não utilizar a faculdade prevista no subitem 3.3.1, será considerada que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.

3.3.3. Apresentar toda a documentação solicitada, mesmo com restrição para obter os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

3.3.4. Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

3.3.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) junto ao provedor do sistema através do site **www.pregaobanrisul.com.br** necessitando estar credenciadas junto à Sessão de Cadastro da Central de Licitações/RS - CELIC, podendo também ser acessada através do site **www.celic.rs.gov.br**.

4.2. O pedido para credenciamento acompanhado pela documentação exigida, deverá ser protocolado junto à Seção de Cadastro da CELIC/RS com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis anteriores a realização da sessão pública, exclusivamente por via eletrônica no site **www.celic.rs.gov.br**.

4.3. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4. A chave de identificação e a senha recebida junto a CELIC poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A. (provedor do sistema) ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1. A proposta deverá ser enviada pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**, considerando todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento dos serviços;

5.2. A Proposta Financeira deverá ser elaborada com vistas a atender o objeto descrito no **ANEXO I – Termo de Referência**, e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, o qual deverá conter as seguintes informações:

5.2.1. Descrição detalhada dos serviços a serem executados, com especificação clara do objeto proposto, e não apenas transcrição das informações constantes do Termo de Referência;

5.2.1.1. Serão desclassificadas as propostas que, seja qual for o motivo, venham a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atendam a todas as exigências constantes no edital e seus anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou não apresentem claramente o preço final e sua composição;

5.3. Prazo de Validade da Proposta Financeira, que não poderá ser inferior a 60 dias corridos, a contar da sua apresentação;

5.4. Ocorrendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;

5.5. O encaminhamento da Proposta Financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

5.6. A proposta encaminhada para o sistema de licitações e os respectivos lances oferecidos, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou pretexto;

5.7. Observações relativas à Proposta Financeira:

5.8. O preço proposto será cotado em moeda corrente nacional e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos decorrentes, bem como as despesas administrativas e outros custos indiretos;

5.9. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

5.10. A proposta original devidamente assinada deverá ser encaminhada juntamente com a documentação para a habilitação;

5.11. Inclusão nos preços cotados de todos os tributos, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.12. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores, até, no máximo dois algarismos após a vírgula.

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

6.1. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, observando-se o disposto no Art. 4º, X, da Lei nº 10.520/02;

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

6.2. A análise da Proposta Financeira pelo pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, **sendo preliminarmente desclassificada a Proposta Financeira:**

6.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no Edital;

6.2.2. Que apresente preços manifestamente inexequíveis;

6.2.3. Que não contiverem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá apresentar os documentos digitalizados, por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 02 (duas) horas após o encerramento da disputa, podendo ser prorrogado por solicitação própria e devidamente justificada, com posterior encaminhamento da via original ou cópia autenticada, **dentro do prazo de validade**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sessão do pregão.

7.1. Documentos de habilitação:

7.1.1. JURÍDICA:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c)** Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de composição da diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Cópia do enquadramento como Microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, se for o caso.

7.1.2. FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ atualizado**, através de cartão emitido pelo **síte** da Secretaria da Receita Federal;
- b)** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais, e que abrange as contribuições sociais (**INSS**), emitidas em conjunto pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c)** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede do licitante, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal independentemente da localização da sede ou filial do licitante;
- d)** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante;
- e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei, expedido pela Caixa Econômica Federal;

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

f) Prova de Regularidade Trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, emitida pela Justiça do Trabalho.

7.1.3. CAPACIDADE TÉCNICA:

7.1.3.1. Comprovação de aptidão para execução dos serviços compatíveis com as características do objeto deste edital mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado ou prestar o serviço com qualidade satisfatória;

7.1.3.2. Comprovante de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da empresa (pessoa jurídica) e do responsável técnico (pessoa física). Os Certificados deverão estar dentro do prazo de sua validade;

7.1.3.3. Comprovação de vistoria, comprovando que visitou os locais, devidamente assinado pelo encarregado na origem, conforme observação do **ANEXO III**, do Edital;

7.1.3.4. Declaração em papel timbrado do licitante, de que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, equipamentos, ferramentas, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com validade não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura das propostas;

7.1.4.2. CNPJ indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação;

7.1.4.3. A falta de qualquer dos documentos solicitados ou a apresentação de documentos que contenham emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas ou modificações de qualquer item deste Pregão e seus anexos, implicará na inabilitação ou desclassificação do LICITANTE, ressalvado o disposto no §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2. Além dos documentos de habilitação constantes no item 7.1, **deverão ser apresentados, os Anexos III, IV, V, VI e VII** devidamente preenchidos, com assinatura e carimbo do responsável, em papel timbrado da empresa.

OBSERVAÇÃO: TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR COM O PRAZO DE VIGÊNCIA DENTRO DE SUA VALIDADE.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Até o horário previsto neste Edital, serão recebidas as Propostas Financeiras. Na data e hora previstos, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas Financeiras classificadas.

8.1.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

8.1.2. Aberta à etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. Da etapa eletrônica de lances e da classificação das propostas:

8.2.1. Os lances ofertados serão pelo VALOR TOTAL DO LOTE.

8.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro, bem como aos demais licitantes.

8.2.4. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.2.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.2.6. Após o encerramento do tempo estipulado, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

8.2.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.2.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a Proposta Financeira de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE** e os valores praticados no mercado.

8.2.9. Nas situações a que se referem os subitens 8.2.7 e 8.2.8, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.2.10. Encerrada a recepção de lances, antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.2.11. O pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.2.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste Edital.

8.2.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro examinará a Proposta Financeira que apresentou **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE** quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado, classificando ou desclassificando preliminarmente a Proposta Financeira ofertada.

8.2.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, o pregoeiro examinará a proposta financeira de segundo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.

8.3. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma **imediata e motivada, em campo próprio do sistema**, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 10 (dez) minutos**. Caso interposto o recurso o mesmo deverá ser dirigido ao pregoeiro, em campo próprio por meio do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo pregoeiro, ao vencedor do certame.

9.3. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

9.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Havendo recursos, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à Autoridade Competente a decisão em grau final.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, bem como a realização dos serviços que não atendam um padrão de qualidade exequível, poderá acarretar:

- a) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao dia, do valor mensal do contrato, em caso de atraso na entrega dos serviços, limitado à incidência a 30 (trinta) dias;
- b) Multa de 20% (vinte por cento), em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) Multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) Multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato, em caso de infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento e seus anexos;
- e) De 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no caso de não regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após notificação da CONTRATANTE, e que não culmine em rescisão contratual, independentemente das demais sanções cabíveis;

10.2. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei;

10.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

10.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93 inclusive responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Administração;

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

10.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas na legislação vigente;

10.6. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

11.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

11.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

11.4. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato;

11.5. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes;

11.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais, se houver;

11.7. O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

11.8. A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação;

11.9. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais as supressões ou acréscimos que se fizerem necessários no objeto, em até 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme parágrafo primeiro do Artigo 65, da Lei 8.666/93;

11.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, RS, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

12. ANEXOS

Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Plantas Baixas das Estruturas e tablado;

Anexo III – Modelo dos Laudos Técnicos PPCI;

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preço;

Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

Anexo VI – Modelo de Declaração Trabalho Menor;

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

Anexo VII - Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios;

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

Porto Alegre, 28 de julho de 2017.

Cícero Bica Constantinopolos,

Pregoeiro.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Locação e instalação de estruturas físicas temporárias, que deverão ser montadas no espaço destinado a ASCAR-EMATER/RS, no período de 21/08 a 05/09/2017, no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio/RS, por ocasião da realização da EXPOINTER 2017. Os toldos de lona, tipo pirâmide, deverão ser de material não inflamável, na cor branca e estruturados em tubos metálicos. Todos os toldos deverão ter bom acabamento, limpos e bem amarrados.

Quando da montagem das estruturas, a licitante vencedora deverá apresentar a respectiva a ART (CREA-RS) ou RRT (CAU-RS).

2. ESTRUTURAS FÍSICAS PARA TEMÁTICAS

Segue abaixo relação de legenda das estações com discriminação das pirâmides e características para cada estação a ser montada, conforme **ANEXO II, item 1 – Planta Geral do Espaço da ASCAR-EMATER/RS:**

2.1. ESPAÇO INSTITUCIONAL

2.1.1. Da estrutura física

- 01 (uma) pirâmide medindo 15x15m², com 4 (quatro) fechamentos laterais completos transparentes, com divisórias e forro de chapas em compensado (resinado de pinus) e vidro liso, com pé direito até o forro de 2,5 metros, conforme planta baixa. As portas das divisórias deverão abrir para o lado de fora. As laterais da pirâmide externa deverão ser de fácil abertura. A varanda deverá ser de tablado com elevação mínima de 30 (trinta) cm. acima do solo e cercamento lateral de madeira. O tablado deverá ser de madeira, na cor madeira, de fácil limpeza (tipo estrado – conforme foto no Anexo II). Dois acessos para a varanda: escada e rampa com cerca lateral (conforme planta baixa no Anexo II).

2.1.2. Dos móveis para os espaços internos

Cozinha

- 01 (um) fogão cooktop elétrico (220 V) com 4 bocas, de no mínimo 1.800 watts;
- 01 (uma) geladeira de no mínimo 260 litros, com freezer interno (220 V);
- 01 (uma) pia de inox com 2 cubas instaladas em balcão medindo 3,5x0,6x0,9 metros (LxPxA). As cubas devem estar instaladas e prontas para uso, conectadas ao sistema de saneamento. O balcão de suporte deve ser com portas de correr e 2 prateleiras em toda a extensão do balcão, sendo que neste balcão deverão ser instaladas a pia e o cooktop;
- 02 (duas) torneiras instaladas e funcionando (uma em cada cuba);
- 01 (uma) mesa inox retangular medindo 1,5 x 1 metros;
- 04 (quatro) cadeiras de ferro com assento estofado;
- 01 (um) armário com 2 portas de correr e 6 prateleiras medindo 2x0,6x2,5 metros (LxPxA);
- 08 (oito) tomadas fixas nas paredes, 20 cm. acima do balcão;
- 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 100w (220 V);
- 01 (um) ar condicionado de 12.000 BTUs;
- Piso de madeira de fácil limpeza, na cor madeira, sem danos (não carpete);
- 01 (uma) porta de 1,10 metros de largura, com ferragem e chave que fiquem bem trancada;
- 01 (um) micro-ondas de no mínimo 20 litros (220 V).

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

Sala de apoio

- 01 (um) armário em L de 2,5x5x0,60x1 metros (LxLxPxA);
- 01 (um) armário com 2 portas de correr e 6 prateleiras medindo 2x0,60x2,5 metros (LxPxA), com chaves;
- 02 (duas) cadeiras de ferro com assento estofado;
- 04 (quatro) tomadas;
- 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V);
- 01 (um) ar condicionado de 9.000 BTUs;
- Piso de madeira de fácil limpeza, na cor madeira, sem danos (não carpete);
- 01 (uma) porta de 1,70 metros de largura, com ferragem e chave que fiquem bem trancada.

Imprensa e informática

- 01 (um) armário com 2 portas de correr e 6 prateleiras medindo 1x0,60x2,5 metros (LxPxA), com chaves;
- 01 (uma) bancada em U, medindo 3x3,5x2,5x0,60x0,70 metros (LxLxLxPxA);
- 06 (seis) cadeiras giratórias;
- 01 (um) sofá de 2 lugares;
- 09 (nove) tomadas;
- 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V);
- 01 (um) ar condicionado de 9.000 BTUs;
- Piso de madeira de fácil limpeza, na cor madeira, sem danos (não carpete);
- 01 (uma) porta de 1,10 metros de largura, com ferragem e chave que fiquem bem trancada.

Recepção

- 01 (um) ar condicionado de 12.000 BTUs;
- 01 (uma) lâmpada fluorescente 100 w (220 V);
- 02 (duas) tomadas;
- Piso de madeira de fácil limpeza, na cor madeira, sem danos (não carpete);
- 01 (uma) porta que abre para os dois lados com vidro liso, de 1,10 metros de largura cada folha, com ferragem e chave que fique bem trancada.

Sala de reuniões

- 01 (uma) mesa de madeira retangular medindo 3x1,20 metros;
- 12 (doze) cadeiras de madeira;
- 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V);
- 02 (duas) tomadas;
- Piso de madeira de fácil limpeza, na cor madeira, sem danos (não carpete);
- 01 (uma) porta de 1,10 metros de largura, com ferragem e chave que fiquem bem trancada;
- 01 (um) ar condicionado de 18.000 BTUs.

Espaço externo (varanda)

- Tablado de madeira em L vazado, com as medidas 12,5 m; 15 m; 3 m; 3 m; 9,5 m; 12 m;
- 03 (três) tomadas;
- 01 (um) suporte para TV de 50 polegadas;
- 04 (quatro) lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V).

2.2. ESPAÇO MULTIUSO

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

2.2.1. Da estrutura física

- 01 (uma) pirâmide medindo 30x10 metros, com fechamentos laterais completos (lona branca nos fundos e lona transparente nas laterais e na frente – na frente lonas separadas de 5 em 5 metros, com divisórias e forro de chapas em compensado (resinado de pinus), com pé direito até o forro de 3 metros, conforme planta baixa. As laterais da pirâmide externa deverão ser de fácil abertura. O tablado deverá ser de madeira, na cor madeira, de fácil limpeza (tipo estrado – ver foto abaixo). No canto direito (espaço das bancadas da cozinha), o tablado deverá ser elevado 20 cm. acima do outro tablado, medindo 3x6 metros. Conter 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V) sobre a bancada da cozinha e 13 lâmpadas fluorescentes 100 w (220 V) no restante do espaço. O espaço deverá ter testeira de 50 cm de altura em compensado (resina de pinus) que permita a instituição fixar a logomarca e o nome do espaço. Duas rampas de acesso para cadeirantes.

Cozinha

- Tablado elevado (conforme planta baixa 2);
- 01 (uma) bancada de inox em U, medindo 3x4x0,60x1 metros (LxLxPxA) com: 1 fogão cooktop elétrico 220 V com 4 bocas, de no mínimo 1.800 watts, acoplado a bancada e 1 pia de inox com 2 cubas instaladas em balcão de inox. As cubas devem estar instaladas e prontas para uso (conectadas ao sistema de saneamento), o balcão de suporte deve ser de chapas em compensado (resinado de pinus) com portas de correr e 2 prateleiras em toda a extensão do balcão, sendo que neste balcão deverão ser instaladas a pia e o fogão conforme planta baixa 2. No lado oposto da pia o balcão deverá ter chave;
- 01 (um) forno elétrico de no mínimo 44 litros (220 V), de no mínimo 1.700 watts;
- 02 (duas) torneiras instaladas e funcionando (uma em cada cuba);
- 05 (cinco) tomadas conforme planta baixa 2;
- 01 (uma) geladeira de no mínimo 334 litros duplex (220 V).

No restante do espaço

- 03 (três) balcões medindo 2x0,60x1 metros (LxPxA) de chapas em compensado (resinado de pinus) com portas de correr e 2 prateleiras em toda a extensão do balcão e com chave;
- 07 (sete) tomadas.

3. A PROPOSTA DEVERÁ CONTEMPLAR TAMBÉM:

- **REDE ELÉTRICA ATERRADA;**
- **FORNECIMENTO DE LAUDOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES ABAIXO:**

- Laudo técnico de resistência ao fogo de acordo com a Instrução Técnica 08/2011 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;
- Laudo técnico dos materiais de acabamento de acordo com a Instrução Técnica 10/2011 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;
- Laudo elétrico externo – evento temporário;
- Todos os laudos (estrutural e elétrico) deverão ser conclusivos e com ART (Anotação de responsabilidade técnica ou RRT (Registro de responsabilidade técnica);
- As estruturas e instalações deverão seguir as normas constantes no Decreto 51803, de 10 de setembro de 2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

no Estado do Rio Grande do Sul. Atentar para os artigos 27, 30 e 31 do referido Decreto.

- Os serviços seguirão as diretrizes das normas da ABNT e determinações da fiscalização da ASCAR;
- As estruturas devem estar em conformidade com as normas de segurança, aptas a aprovação do PPCI.

4. LOCAL E PERÍODO DE MONTAGEM/DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS

LOCAL DA MONTAGEM/DESMONTAGEM: No Parque de Exposições Assis Brasil, na BR-116, Km 13, s/n - Novo Esteio, Esteio/RS, CEP: 93270-710 – No espaço destinado a ASCAR-EMATER/RS na Expointer 2017.

DATA DE MONTAGEM: Devem estar montadas até 21 de agosto de 2017.

DATA DE DESMONTAGEM: Á partir de 05 de setembro de 2017.

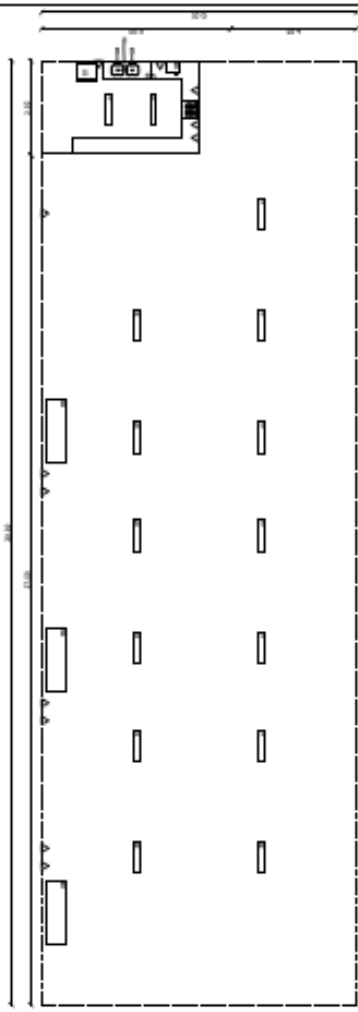
5. OUTROS ITENS IMPRESCINDÍVEIS A SEREM CONTEMPLADOS

- Caso haja a necessidade de mais de 01 (uma) pirâmide para completar a medida total do espaço, as mesmas deverão ser unidas com calhas para guia da água que não permitam a entrada de chuva;
- As pirâmides deverão estar em excelente estado de conservação, limpas e sem furos;
- As fitas/cordas de amarração deverão estar limpas e em bom estado de conservação;
- Pannel de rede elétrica de fácil acesso e com identificação – redes separadas conforme carga;
- A rede elétrica deve estar dimensionada para iluminação de emergência em todas as estruturas. A Contratada se compromete em fornecer as lâmpadas de emergência e instalá-las nos locais indicados no PPCI;
- A Contratada deverá disponibilizar um técnico para ficar de plantão durante o período da Expointer/17, com a finalidade de realizar o fechamento e a abertura das lonas no espaço institucional e no multiuso, bem como a manutenção da rede elétrica, se necessário. O credenciamento para acesso e todos os outros encargos referentes ao técnico serão de responsabilidade da Contratada;
- A potência da rede elétrica deverá ser compatível com os eletrodomésticos relacionados;
- Em hipótese alguma serão aceitas PIRÂMIDES DO TIPO CHAPÉU DE BRUXA.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

(Espaço Multiuso)

 Planta Baixa Escala: 1:50	 EMATER/RS Associação Representativa de Empreendedores de Agricultura, Pecuária e Extensão Rural  ASCAR ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL GETESNEG-POA - EXPONTEIR <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">PROPRIETÁRIO</td> <td style="width: 50%;">PROPOSTANTE</td> </tr> <tr> <td style="height: 40px;"></td> <td style="height: 40px;"></td> </tr> <tr> <td>PROJETO</td> <td>ESPACIO MULTIUSO</td> </tr> <tr> <td>TÍTULO</td> <td>PLANTA BAIXA COM PONTOS ELÉTRICOS, HIDRÁULICO, SANITÁRIO E LAYOUT</td> </tr> <tr> <td>PROJETO</td> <td>RESPONSÁVEL TÉCNICO</td> </tr> <tr> <td>ÁREA DO PROJETO</td> <td>ÁREA DO PROJETO</td> </tr> <tr> <td>ÁREA TOTAL</td> <td>ÁREA TOTAL</td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>02</td> </tr> </table>	PROPRIETÁRIO	PROPOSTANTE			PROJETO	ESPACIO MULTIUSO	TÍTULO	PLANTA BAIXA COM PONTOS ELÉTRICOS, HIDRÁULICO, SANITÁRIO E LAYOUT	PROJETO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	ÁREA DO PROJETO	ÁREA DO PROJETO	ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL	02	02
PROPRIETÁRIO	PROPOSTANTE																
PROJETO	ESPACIO MULTIUSO																
TÍTULO	PLANTA BAIXA COM PONTOS ELÉTRICOS, HIDRÁULICO, SANITÁRIO E LAYOUT																
PROJETO	RESPONSÁVEL TÉCNICO																
ÁREA DO PROJETO	ÁREA DO PROJETO																
ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL																
02	02																

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

(Tablado)



Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO III – MODELO DOS LAUDOS TÉCNICOS (PPCI)

ANEXO M.1

Pág: _____ Rubrica: _____

LAUDO TÉCNICO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PROVISÓRIAS – PPCI N.º			
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO PROVISÓRIA			
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		
Nome Fantasia:	EMATER		
CNPJ:	89.161.475/0001-73		
Logradouro:	ROD. BR 116-QUADRA 37		
Nº:	S/N	Complemento:	Bairro: UTO4-INDUSTRIAL
Município:	ESTEIO		CEP: 93270-710
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO TEMPORÁRIO			
Nome do responsável:	ADEMIR JOÃO SANTIN		
CPF:	383.831.950-87	Telefone:	(51) 2125-3151
E-mail:	ajsantin@emater.tche.br		
3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LAUDO TÉCNICO			
Nome:			N.º ART/RRT:
CPF:		Telefone:	
E-mail:			
Formação profissional:			Nº CREA/CAU:
4. OBJETIVO			
O presente Laudo Técnico tem o objetivo de descrever as condições de segurança das instalações elétricas do evento temporário identificado no capítulo 1 deste Laudo Técnico, atestando sua conformidade com a legislação, Resoluções Técnicas e normas técnicas vigentes de segurança contra incêndio e pânico.			
5. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA			
O Laudo Técnico das instalações elétricas provisórias está tecnicamente fundamentado na Lei Complementar n.º 14.376/2013, e suas alterações, e nas seguintes normas técnicas:			
(Informar as normas técnicas empregadas)			

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO M.1

Pág: _____

Rubrica: _____

6. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PROVISÓRIAS

O presente capítulo apresenta uma descrição das instalações elétricas, com as respectivas fotos anexadas e informações sobre a capacidade de carga.

(ORIENTAÇÃO: Deverão ser citados e explicados neste capítulo: a denominação, funcionalidade e a carga de trabalho das instalações elétricas montadas. Deverão ser anexadas as respectivas fotos. As informações deste capítulo podem ser anexadas em folhas avulsas e apensadas ao Laudo, mediante paginação e rubrica do responsável técnico).

7. CONCLUSÃO

Em análise às presentes informações e aos respectivos documentos técnicos comprobatórios, conclui-se que as instalações elétricas do evento temporário identificado no Capítulo 1 do presente Laudo Técnico cumpre rigorosamente a legislação, RTCBMRS e normas técnicas vigentes, oferecendo segurança aos usuários, estando de acordo com a eficiência e objetivos previstos nas normativas elencadas.

8. VALIDADE DO LAUDO TÉCNICO

As informações prestadas no presente Laudo Técnico são verdadeiras e seus dados não foram alterados além dos itens editáveis. Os relatórios técnicos, laudos de ensaios, memórias de cálculo, projetos e especificações técnicas de produto, entre outros documentos comprobatórios da segurança estrutural das estruturas do evento temporário foram entregues ao proprietário/responsável pelo uso, identificado no Capítulo 2, o qual assina a plena ciência neste mesmo Laudo Técnico. O presente Laudo Técnico tem validade enquanto permanecerem inalterados os materiais analisados e forem adequados as condições de uso e manutenção das instalações.

_____, RS, ____ de ____ de ____

ADIMER JOÃO SANTIN

Responsável Técnico pelo Laudo Técnico

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO M.2

Pág: _____

Rubrica: _____

LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA DAS ESTRUTURAS PROVISÓRIAS – PPCI N.º			
1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO TEMPORÁRIO			
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		
Nome Fantasia:	EMATER		
CNPJ:	89.161.475/0001-73		
Logradouro:	ROD. BR 116- QUADRA 37		
Nº:	S/N	Complemento:	Barro: UT04-INDUSTRIAL
Município:	ESTEIO		CEP: 93270-710
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO TEMPORÁRIO			
Nome do responsável:	ADEMIR JOÃO SANTIN		
CPF:	383.831.950-87	Telefone:	(51) 2125-3151 E-mail: ajsantin@emater.tche.br
3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LAUDO TÉCNICO			
Nome:			N.º ART/RRT:
CPF:		Telefone:	E-mail:
Formação profissional:			N.º CREA/CAU:
4. OBJETIVO			
O presente Laudo Técnico tem o objetivo de descrever as condições de segurança das estruturas do evento temporário identificado no capítulo 1 deste Laudo Técnico, atestando sua conformidade com a legislação, Resoluções Técnicas e normas técnicas vigentes de segurança contra Incêndio e pânico.			
5. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA			
O Laudo Técnico de segurança das estruturas provisórias está tecnicamente fundamentado na Lei Complementar n.º 14.376/2013, e suas alterações, e nas seguintes normas técnicas:			
(Informar as normas técnicas empregadas)			

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO M.2

Fls: _____

Rubrica: _____

6. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS PROVISÓRIAS O presente capítulo apresenta uma descrição de cada estrutura provisória montada, com as respectivas fotos anexadas e informações sobre a capacidade de carga de trabalho ou o número máximo de pessoas. (ORIENTAÇÃO: Deverão ser citados e explicados neste capítulo: a denominação, funcionalidade e a carga de trabalho de cada estrutura provisória montada. Deverão ser anexadas as respectivas fotos. As informações deste capítulo podem ser anexadas em folhas avulsas e apensadas ao Laudo, mediante paginação e rubrica do responsável técnico).
7. CONCLUSÃO Em análise às presentes informações e aos respectivos documentos técnicos comprobatórios, conclui-se que as estruturas do evento temporário identificado no Capítulo 1 do presente Laudo Técnico cumpre rigorosamente a legislação, RTCBMRS e normas técnicas vigentes, oferecendo segurança aos usuários, estando de acordo com a eficiência e objetivos previstos nas normativas elencadas.
8. VALIDADE DO LAUDO TÉCNICO As informações prestadas no presente Laudo Técnico são verdadeiras e seus dados não foram alterados além dos itens editáveis. Os relatórios técnicos, laudos de ensaios, memórias de cálculo, projetos e especificações técnicas de produto, entre outros documentos comprobatórios da segurança estrutural das estruturas do evento temporário foram entregues ao proprietário/responsável pelo uso, identificado no Capítulo 2, o qual assina a plena ciência neste mesmo Laudo Técnico. O presente Laudo Técnico tem validade enquanto permanecerem inalterados os materiais analisados e forem adequados às condições de uso e manutenção das estruturas. _____, RS, ____ de ____ de ____ _____ ADIMER JOÃO SANTIN Responsável Técnico pelo Laudo Técnico

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO M.3

Pág: _____

Rubrica: _____

LAUDO TÉCNICO DE CONTROLE DE MATERIAIS DE REVESTIMENTO – PPCI N.º			
1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO TEMPORÁRIO			
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL			
Nome Fantasia: EMATER			
CNPJ: 09.161.475/0001-73			
Logradouro: ROD. BR 116- QUADRA 37			
N.º	S/N	Complemento:	Bairro: UT04-INDUSTRIAL
Município:	ESTEIO	CEP:	93270-710
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO TEMPORÁRIO			
Nome do responsável: ADEMIR JOÃO SANTIN			
CPF:	383.831.950-87	Telefone:	(51) 2125-3151
		E-mail:	ajsantin@emater.tche.br
3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LAUDO TÉCNICO			
Nome:		N.º ART/RRT:	
CPF:		Telefone:	
		E-mail:	
Formação profissional:		N.º CREA/CAU:	
4. OBJETIVO			
O presente Laudo Técnico tem o objetivo de descrever as características de reação ao fogo dos materiais de revestimento aplicados no evento temporário identificado no Capítulo 1, atestando sua conformidade com as Resoluções Técnicas e normas técnicas vigentes de segurança contra incêndio e pânico.			
5. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA			
O Laudo Técnico de Controle dos Materiais de Revestimento está tecnicamente fundamentado na Lei Complementar nº 14.376/2013, e suas alterações, e na Instrução Técnica (IT) n.º 010/2011, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), e suas normas técnicas correlatas, por determinação da Resolução Técnica de Transição do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBMRS).			

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO M.3

Pág: _____

Rubrica:

6. CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS APLICADOS NO EVENTO TEMPORÁRIO

Local de aplicação dos materiais de revestimento	Classes de reação ao fogo dos materiais de revestimento aplicados
PISOS E/OU ARQUIBANCADAS	I-A, II-A e/ou III-A
PAREDES, LONAS E/OU DIVISÓRIAS	I-A, II-A e/ou III-A
TETO, COBERTURA OU/OU FORROS	I-A, II-A e/ou III-A

7. CONCLUSÃO

Em análise às presentes informações e aos respectivos documentos técnicos comprobatórios, conclui-se que os materiais de revestimento aplicados no evento temporário identificado no Capítulo 1 do presente Laudo Técnico cumprem rigorosamente a legislação, RTCBMRS e normas técnicas vigentes, oferecendo segurança aos usuários desta de acordo com a eficiência prevista nas normativas elencadas.

8. VALIDADE DO LAUDO TÉCNICO

As informações prestadas no presente Laudo Técnico são verdadeiras e seus dados não foram alterados além dos itens editáveis. Os relatórios técnicos, laudos de ensaios, especificações técnicas de produto, entre outros documentos comprobatórios da classificação dos materiais de revestimento e a correta aplicação destes no evento temporário foram entregues ao proprietário/responsável pelo uso, identificado no Capítulo 2, o qual assina a plena ciência neste mesmo Laudo Técnico. O presente Laudo Técnico tem validade enquanto permanecerem inalterados os materiais e as condições de aplicação descritas.

_____, RS, de _____ de _____

ADERIR JOÃO SANTIN

Responsável Técnico pelo Laudo Técnico

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Fornecedor:	
CNPJ:	
Endereço:	
Fone / Email:	

Referência: Pregão Eletrônico 066A/2017

Prezados Senhores:

Apresentamos à Comissão Permanente de Licitações da **ASCAR**, nossa proposta financeira para fornecimento do objeto do edital, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, conforme preço abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	Locação e Instalação de estruturas físicas temporárias no período de 21/08 a 05/09/2017, conforme detalhado no Anexo I – Termo de Referência.	R\$
TOTAL GERAL		R\$

Condições Adicionais:

Validade da proposta: Não inferior a 60 (sessenta) dias;

LOCAL DA MONTAGEM/DESMONTAGEM: No Parque de Exposições Assis Brasil, na BR-116, Km 13, s/n - Novo Esteio, Esteio/RS, CEP: 93270-710 – No espaço destinado a ASCAR-EMATER/RS na Expointer 2017.

DATA DE MONTAGEM: Devem estar montadas até 21 de agosto de 2017.

DATA DE DESMONTAGEM: Á partir de 05 de setembro de 2017.

Condições de pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a emissão do respectivo documento fiscal.

Dados Bancários para Pagamento:

Declaramos aceitar e concordar todas as condições e cláusulas do presente edital.

Atenciosamente,

Nome e CPF do Responsável,
Data e local.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação

DECLARAÇÃO

..... inscrita no CNPJ sob nº, situada à rua, nº....., Cidade....., CEP:.....declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data:

Nome e assinatura do Representante Legal e Carimbo.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO VI – Modelo de Declaração sobre Trabalho de Menor

DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins dos disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega, nem empregará, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: em caso afirmativo, assinalar:

() Emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante Legal e carimbo.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO VII - Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios.

DECLARAÇÃO

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº ____/____ (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e carimbo

Cargo

CPF nº

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.773.142/0001-00 com sede na Rua Botafogo, n.º 1051 Bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo seu Superintendente Geral, Sr. Clair Tomé Kuhn a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º -----, estabelecida na Rua ----- neste ato representada pelo seu Diretor, -----, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justos e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de Locação com Instalação de estruturas físicas temporárias para atender as necessidades da **CONTRATANTE**, no Parque de Exposições Assis Brasil, na cidade de Esteio/RS, para a Expointer 2017.

1.2 - Os serviços serão executados conforme termo de referência que instruiu o processo licitatório de **Pregão Eletrônico nº 066A/2017** e as demais condições estabelecidas no edital e na legislação pertinente.

1.3 - Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.

1.4 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida, sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo de vigência será até o término da Expointer 2017, após desmontagem de todas as estruturas locadas, a contar da ASSINATURA do CONTRATO, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.2 - O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.3 - Os valores apresentados na proposta serão irrevogáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Pela execução dos serviços, objeto do presente, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em moeda corrente nacional, o valor total de R\$......(....).

3.1.1 – O pagamento será efetuado após a efetiva realização do serviço, devidamente atestado pela fiscalização, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota Fiscal ou fatura correspondente.

3.1.1.1 - Consideram-se efetivamente realizados os serviços executados e atestados pelo responsável pela fiscalização do contrato. Ocorrendo eventos em desacordo com o contratado, serão efetuados os referidos descontos.

3.1.2 - Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na **CONTRATANTE**, este se dará no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

3.1.3 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

3.2 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto no item 3.1.3, deverá ser retificada/substituída/ complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

3.3 – Por ocasião do pagamento serão procedidas as retenções cabíveis na forma da legislação vigente.

3.4 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA** juntamente com o número do banco e da agência bancária.

CLÁUSULA QUARTA – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

4.1 - Quando da prestação do serviço contratado, caso este não corresponda à especificação exigida no Edital e neste contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar, imediatamente a sua correção visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo das cominações previstas neste Contrato, no Ato Convocatório e anexos, na Lei 8.666/93 e suas alterações e no Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A **CONTRATADA** tem o direito de perceber o valor ajustado na forma e no prazo previstos;

5.2 – A **CONTRATADA** obriga-se a:

5.2.1 – Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra e materiais necessários para a perfeita execução dos serviços;

5.2.2 - Prestar os serviços na forma ajustada e dentro do melhor padrão técnico aplicável, no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento às especificações do **CONTRATANTE** e a proposta apresentada;

5.2.3 - Cumprir as obrigações previstas no **ANEXO I** do Edital, integrante do presente Contrato;

5.2.4 - Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE**, através do setor competente designado pela mesma;

5.2.5 - Prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados;

5.2.6 - Sanar imediatamente quaisquer irregularidades comunicadas pela fiscalização do Contrato;

5.2.7 - Consultar o setor fiscalizador, com antecedência quando houver necessidade de verificação, de quaisquer situações, a fim de não causar transtorno ou atraso, quando da prestação de serviço;

5.2.8 - Submeter-se às disposições legais em vigor;

5.2.9 - Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

5.2.10 - Responsabilizar-se por todos os encargos e compromissos de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e judiciária, assim como pelos impostos e taxas decorrentes da execução do contrato, ficando a ASCAR isenta de qualquer ônus desta ordem;

5.2.11 - Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88, de acordo com a Lei n.º 9854/99, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos);

5.2.12 - Responsabilizar-se, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada;

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

5.2.13 - Manter-se durante toda a execução deste contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e às condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.2.14 - Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados;

5.2.15 – A **CONTRATADA**, na execução dos serviços, não poderá subcontratar, mesmo em parte, o objeto do presente Contrato;

5.2.16 – A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;

5.2.17 – Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco pontos percentuais) do valor inicial atualizado do Contrato;

5.2.18 – Manter seus empregados identificados e disponibilizar a eles todos os Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's, necessários para a execução do objeto;

5.2.19 – Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, quando da execução do objeto.

CLAUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – A **CONTRATANTE** tem o direito de receber o objeto deste Contrato nas condições acordadas;

6.2 – A **CONTRATANTE** obriga-se a:

6.2.1 - Atender as solicitações de esclarecimentos, da **CONTRATADA**.

6.2.2 - Inspecionar a execução e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório.

6.2.3 - Transmitir, por escrito, todas as ordens de serviços ou comunicações entre a **CONTRATADA** a fim de que produza efeitos.

6.2.4 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de prazos e preços estabelecidos no edital e seus anexos e proposta da **CONTRATADA**;;

6.2.5 - Fornecer as orientações necessárias para a correta execução dos serviços, através da realização de reuniões, sempre que necessário;

6.2.6 - Acompanhar a execução dos serviços contratados e verificar se os mesmos estão de acordo com o cronograma a ser apresentado à **CONTRATADA**;

6.2.7 - Decidir sobre casos omissos nas especificações;

6.2.8 - Registrar quaisquer deficiências na execução dos serviços, encaminhando cópia para a empresa **CONTRATADA**;

6.2.9 - Disponibilizar para a **CONTRATADA**, através da equipe de fiscalização dos serviços, informações e orientações sobre procedimentos a serem adotados.

6.2.10 – Permitir o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** aos locais de execução dos serviços;

6.2.11 – Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

6.2.12 - Providenciar a rescisão do Contrato, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e demais exigências necessárias à execução dos serviços, bem como aplicar as medidas cabíveis.

6.2.13 - É facultada à **CONTRATANTE**, em qualquer fase do Contrato promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

7.1 - A fiscalização do Contrato será exercida pela Gerência Regional de Porto Alegre da **CONTRATANTE**, conforme disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1 - Pelo descumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á as seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

8.1.1 - Advertência.

8.1.2 - Multa.

8.1.3 - Impedimento temporário de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

8.1.4 - Declaração de inidoneidade.

8.2 - A multa prevista no subitem **8.1.2** deste instrumento será aplicada na forma como segue:

8.2.1 - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, limitado há 30 dias, na hipótese de atraso de início da prestação do serviço.

8.2.1.1 - multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato, na hipótese de atraso por período superior ao previsto no subitem **8.2.1** ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

8.2.1.2 – multa de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida.

8.2.1.3 – multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento e seus anexos.

8.2.1.4 – multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais trabalhistas, no caso de não regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a notificação do **CONTRATANTE**, e que não culmine em rescisão contratual, independente das demais sanções cabíveis.

8.2.2 - Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor contratado quando a **CONTRATADA**:

8.2.2.1 - Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

8.2.2.2 - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

8.2.2.3 - Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas e especificações do instrumento convocatório, independente da obrigação de fazer as correções necessárias, a suas expensas;

8.2.2.4 - Desatender às determinações da fiscalização;

8.2.2.5 - Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

8.2.2.6 - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha causar danos ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, independente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados;

8.2.2.7 - Não cumprir com quaisquer outras obrigações assumidas.

8.3 - Será susado o pagamento da fatura, em caso de atraso na prestação dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, ou se for verificada qualquer inadimplência de suas obrigações.

8.4 - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de cobrar o valor pertinente à multa através de desconto no pagamento das faturas ou, ainda, diretamente da **CONTRATADA**.

8.5 - Qualquer tolerância das partes, quanto a eventuais infrações das cláusulas contratuais, não implicará renúncia aos direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

Edital de Pregão Eletrônico nº. 066A/2017

Processo Nº 0195.1511/17-1

8.6 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1 - O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8666/93.

9.1.1 - O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que o contratado não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

9.2 - Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da contratante através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

9.3 - A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

9.4 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FONTE DE CUSTEIO

10.1 - A despesa decorrente da contratação correrá por conta dos recursos provenientes de fontes próprias da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

11.1 - Os atos e comunicações entre as partes, relativamente à execução deste Contrato, serão formalizados através de documentos escritos, devendo o destinatário cientificar o recebimento;

11.2 - Caso a parte se recusar ao recebimento formal da comunicação/notificação, o fato será atestado por 02 (duas) testemunhas idôneas, presentes no ato da entrega do documento, valendo como prova de seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Fica a **CONTRATADA** vinculada, até o término do presente Contrato, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 - Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos oriundos do presente contrato, esgotada a via administrativa, fica eleito o Foro Central da Comarca da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim, por estarem justos e acordados, é firmado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai pelas partes assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre, de de 2017.

Testemunhas:

1.
2.

Clair Tomé Kuhn,
Superintendente Geral da ASCAR,

EMPRESA
CONTRATADA.